

## DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90052/2024

**Objeto:** Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

### OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 do Edital 90052/2024.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90052/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

A proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

A empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA também registrou suas contrarrazões tempestivamente.

### RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a Recorrente dispõe acerca de alegadas inconsistências referente a cota de PCD's e quanto à inexecuibilidade dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à inexecuibilidade da proposta de preços:

Em seu recurso, a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A alega que:

“Após a análise da proposta apresentada pela Recorrida e diversos questionamentos respondidos pela Comissão de Licitação, cabe destacar os pontos a seguir que demonstram a inexecuibilidade da proposta justificando, assim, a reforma da decisão e a desclassificação da proposta da empresa CONNECTCOM.

Inicialmente, cabe destacar um ponto de extrema importância que foi desconsiderado pela Recorrida em sua precificação diz respeito à CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

Em que pese constar na resposta ao esclarecimento “Comunicação Externa 177/2024” necessidade de previsão nos custos de formação do preço o regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024, que impõe uma redução gradual das alíquotas da CPRB e uma elevação também gradual das alíquotas da Contribuição Previdenciária Patronal, para todo o período contratual, a Recorrida não procedeu conforme determinado.

Cabe destacar que boa parte das respostas aos esclarecimentos foram postados ao final do dia anterior à abertura do certame, o que deveria ter motivado a republicação do edital, uma vez que tal resposta claramente afetou a formulação das propostas, a saber:

*Comunicação Externa 177/2024 - d) Questionamento 4: Devemos prever integralmente em nossa proposta a composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual, considerando-se que já trata-se de fato concreto e conhecido por todos conforme previsão legal?*

**R: Sim, está certo seu entendimento.**

(...)

“Assim, resta claro que a Recorrida ao desprezar o esclarecimento prestado pela Administração ofertou uma proposta mais vantajosa com relação aos demais licitantes, o que não se pode permitir”

(...)

“É certo que o edital traz um quadro de referência salarial que informa os salários máximos dos profissionais que atuarão na contratação, a fim de serem usados como parâmetro para os licitantes estimarem os seus custos, sendo que os valores são orientativos e não obrigatórios a serem cumpridos.

Ocorre que, os valores apresentados pela Recorrida são plenamente inexequíveis, visto que em desconformidade com o valor de mercado, sendo necessária a comprovação de que a empresa possui em seu quadro os perfis com os salários apresentados.

Ademais, o Edital é claro em estabelecer que os serviços devem ser prestados com dedicação exclusiva dos profissionais, não permitindo o compartilhamento. Ao que parece, a Recorrida apenas prestará os serviços que esse órgão licitante necessita com os valores de salários apresentados se utilizar a estratégia de compartilhamento de profissionais, o que não se pode permitir.

A exemplo, o valor de referência salarial máximo constante no edital para o perfil Administrador em segurança da informação Sênior é de R\$ 27.520,05, sendo que a Recorrida apresentou em sua proposta o valor de R\$ 9.269,74 para o salário INTEGRAL desse profissional, ou seja, a Recorrida ofertou um salário de, aproximadamente, 38% do valor estimado. Como empresa especializada na prestação de serviços de TI, a Recorrente afirma a impossibilidade de contratação de profissional do referido perfil, o qual se exige uma qualificação técnica arrojada, com o salário apresentado pela Recorrida.

Ora, considerando inclusive o que consta no Item “8.1.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.”, tal valor deve ser tratado, ao menos, como presunção de inexecutabilidade da proposta, tendo em vista que a Recorrida sequer estimou um valor de salário adequado para um perfil de tamanha complexidade e que deve possuir uma qualificação robusta, com diversas certificações e treinamentos.

Isto ocorre igualmente com o perfil de Administrador de Banco de dados Sênior (41% do valor estimado), Analista de redes e de comunicação de dados Sênior (42% do valor estimado), Analista de suporte computacional Sênior (Especializado em Servidores Windows) (29% do valor estimado), Analista de suporte computacional Sênior (Especializado em Servidores Linux) (29% do valor estimado), dentre outros.”.

(...)

“No caso concreto, o valor ofertado pela empresa para vencer no certame tornou sua proposta verdadeiramente insuficiente para manter a execução do contrato com a CODEVASF, uma vez que os valores apresentados estão muito abaixo do valor dos salários dos profissionais no mercado de TI, sendo que a empresa supostamente vencedora não conseguirá realizar a entrega do serviço pretendido, ora licitado, no valor ofertado.

Por tal razão, tantos os custos dos profissionais quanto a desconconsideração do regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024, que impõe uma redução gradual das alíquotas da CPRB e uma elevação também gradual das alíquotas da Contribuição Previdenciária Patronal, devem ser analisados rigorosamente, para evitar colapsos e suas consequências desastrosas ao órgão licitante. Por conseguinte, é dever da CODEVASF evitar a celebração de contratos inexecutáveis, pois, incumbe a ele, impedir que o erário se arrisque a tanto. O que se observa no caso em tela, é que não há a menor possibilidade da empresa ofertar o serviço objeto do contrato em tela, sem que burle a legislação, uma vez demonstrada a inexecutabilidade dos preços ofertados para tais itens, sendo que este Órgão não pode corroborar com tal prática.”..

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA alega que:

“Esta Recorrida encaminhou, tempestivamente, toda a documentação correlata, incluídos nesta os documentos que comprovassem sua plena e íntegra capacidade jurídica, técnica e econômica, tudo isso formando-se os itens fundamentais para a sua devida habilitação”. (...) “E com hialina certeza, a Recorrida acostumada em que é em prestar serviços de alto nível de complexidade, inclusive para todas as esferas da Administração Pública, tem total domínio, comprovada lisura e experiência em ofertar não o menor preço, mas sim “o melhor preço”, seguindo todos os critérios e parâmetros do Edital, no entanto, lado outro, o que vimos neste certame por parte das Recorrentes, foi uma tentativa de incutir entendimento contrário às regras de precificação totalmente descontextualizadas, e pifiamente argumentadas em sede recursal.

A fim de não restarem quaisquer dúvidas a respeito do quanto diligenciado, destaca-se que esta Recorrida detém uma proposta no importe de 53,82% do valor global orçado no orçamento do Edital, estando plenamente dentro dos patamares destacados na cláusula 8.1.5 do Edital, nem sequer cogitando-se qualquer tipo de item inexecutável da proposta ora habilitada”.

Considerando a questão técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“A resposta ao questionamento foi que deveria compor o preço, mas em momento algum foi imposto a obrigatoriedade da demonstração destes valores ficando tão somente exigido a planilha de custos.

Não há evidencias na proposta apresenta a inexecutabilidade do contrato e a empresa enviou declaração comprovando que o contrato é executável.

Na proposta apresentada pela licitante, não há evidencias do uso de compartilhamento de profissionais, pois o mesmo não é permitido nesta contratação.

O valor para cálculo de inexecutabilidade deve ser aplicado para o valor total orçado pela administração. Não se aplicando por itens isoladamente. Para tanto, a empresa licitante apresentou declaração de executabilidade do contrato.

Todas as licitantes foram informadas que não seria possível o compartilhamento de profissionais. Quanto a redução do quadro de profissionais será mediante negociação entre a Contratante e a Contratada, claro, que mantendo o quantitativo mínimo durante os 90 dias iniciais.

Ressalta-se ainda, que a proposta apresentada pela empresa contempla o quantitativo mínimo exigido no Termo de Referência.

Com base na análise realizada, a proposta da CTC está de acordo com os critérios de executabilidade definidos no Termo de Referência (TR) e no Edital. Conforme disposto no

item 8.1.5 do TR, somente serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

Dessa forma, considerando que a proposta da CTC se encontra acima do limite estipulado, não há indicativos de inexequibilidade, estando, portanto, em conformidade com os parâmetros estabelecidos.”.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à temática em análise no momento, cumpre salientar que, considerando a natureza da avaliação, o aceite da proposta foi realizado após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, os quais analisam a situação e embasam a decisão do pregoeiro.

Desta forma, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento do aceite da proposta quanto na análise do presente recurso. Ademais, considerando a manifestação técnica apresentada, nada resta além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame, a qual considerou a proposta exequível, sem necessidade de novas diligências.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**

II – Quanto ao não cumprimento da reserva de cargos de PCDs:

Em seu recurso, a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A alega que:

“Por fim, cabe destacar o descumprimento do requisito habilitatório previsto no item 6.1.11.”g” do Edital, que determina a apresentação de declaração pelas licitantes *“de que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”*.

Diferentemente da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021 previu expressamente a reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social como um requisito de habilitação, sendo que a Administração não tem margem para dispensar essa exigência, conforme disposto na Lei:

*“Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:  
[...]*

*IV – será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.”*

Tal entendimento foi corroborado pela resposta ao questionamento ofertado pela CODEVASF, ao afirmar as exigências previstas no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, devem ser cumpridas sob pena de inabilitação da licitante, a saber:

*Entendemos que o cumprimento das obrigações estabelecidas no item G, que exige que os serviços sejam prestados por empresas que comprovem a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é essencial para a habilitação no presente certame.*

**R: Sim, está certo seu entendimento.**

In casu, a Recorrida declarou a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade, porém conforme pode ser verificado na Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na data de hoje (18/11/2024) e no dia da licitação (07/11/2024), a empresa CONNECTCOM emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.”.

(...)

“Resta claro que a Recorrida não cumpriu o quanto determinado pelo Edital e o que impõe a legislação pertinente, motivo pelo qual deve ser inabilitada. Desse modo, requer-se a reforma da decisão que habilitou a empresa CONNECTCOM.”.

Em sua contrarrazão a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA alega que:

“...Contudo, vale gizar que, como mencionado pela própria Recorrente, o art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021 menciona que a mera declaração do licitante, é instrumento satisfatório para comprovar a higidez empresarial para a concorrência em certame.

Isto se deve ao fato de que a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem caráter de transmitir a situação fática extraída do E-Social, sem considerar o Turnover de funcionários ocorrido no mês corrente.

Ademais, mister ressaltar também que a própria certidão supramencionada não possui data de validade, estando a certidão emitida à data da inscrição desta Recorrida no certame, devidamente regular, conforme consulta-se pelo código de verificação **bgSgHGXRgd81sy**, evidenciando a escorreita manutenção das contratações de Pessoas com Deficiência.”. (...)

“Ademais, tanto reflete a realidade, que o próprio Tribunal de Contas da União já se manifestou favoravelmente a este raciocínio, conforme verificasse em sede de jurisprudência do respectivo órgão fiscalizador, a saber:

*“(...) Por todo o exposto, entende-se que, na fase de habilitação do certame, é suficiente a declaração da licitante de que cumpre a cota de cargos destinados a pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, sendo que no caso concreto, essa conduta está condizente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que o Edital do PE 90014/2024 estabeleceu que deveria ser apresentada apenas a declaração conforme subitem 4.4.4 (peça 13, p. 4), e o princípio da legalidade, uma vez que o art. 63, inc. IV, da Lei 14.133/2021, da mesma forma, exige apenas a declaração do licitante para habilitação nos procedimentos licitatórios. (...)*

*Diante do exposto, entende-se que, durante a fase de habilitação social dos licitantes, é suficiente a declaração da empresa de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e, assim, não é exigível uma análise aprofundada do pregoeiro acerca da veracidade dessa declaração, cabendo-lhe, tão somente, acatar todas as declarações, inabilitando apenas os licitantes que não apresentem a referida declaração.. (...)”*

*(TC 024.057/2024-0. Tipo: Representação Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. (CNPJ: 00.662.270/0003-20 e UASG: 183023))*

(...)

Oras. Se o próprio Tribunal de Contas da União ratifica a literalidade da interpretação semântica da expressão “declaração” consubstanciada no art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021, não cabe às Recorrentes professorar ao(a) Pregoeiro (a), tão pouco, ser esta razão da decisão que classificou esta Recorrida ao Edital.”.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Inicialmente, é importante ressaltar que este pregoeiro e a comissão de licitação possuem atribuições que se restringem ao procedimento licitatório, e não as que se referem aos agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que dizem respeito ao âmbito Justiça do Trabalho, ultrapassando a competência legal e conhecimento técnico do pregoeiro e de sua equipe de apoio. O julgamento do certame se pauta no estrito cumprimento aos princípios licitatório, tais como a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo, garantindo-se um julgamento licitatório conforme as exigências dispostas no Edital e respeitando-se a legislação vigente.

Ressalta-se ainda que nem a Lei 13.303/2016 nem o Decreto 10.024/2019, que rege o Pregão Eletrônico, exigem, para fins de habilitação no certame licitatório, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021. Portanto, tais requisitos não se aplicam às estatais.

Em consonância com essa premissa, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 508/2024 - Plenário, de 27/03/2024, manifestou-se no sentido de que a reserva de cargos não é exigível como requisito de habilitação em licitações realizadas por estatais, regidas pela Lei 13.303/2016.

Compreende-se, portanto, que não prosperam as alegações da Recorrente de que a Recorrida deveria ser inabilitada por não atender a essas reservas legais, visto que, conforme amplamente demonstrado, o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica aos certames da Codevasf.

Entende-se que a exigência, pela Administração, de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é desprovida de amparo legal, sendo suficiente a apresentação da declaração pelos próprios licitantes quando do cadastramento das propostas no sistema do compras.gov.br.

Ademais, a matéria em tela já foi julgada e considerada improcedente em recurso no edital 90001/2024 – Codevasf - 9ª Superintendência Regional, processo nº 59504.000389/2024-41-e tendo sido e homologado pelo Superintendente Regional.

Sendo assim, considerando o relatado acima considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**

## CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela Recorrente, na análise do recurso impetrado pela empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, foram considerados os seguintes aspectos:

I – Quanto à alegação de inconsistências relativas a inexecutabilidade dos salários – Portaria SGD/ME nº 6.432/21: considerado **IMPROCEDENTE**;

II – Quanto à alegação de inconsistências referente ao não cumprimento da reserva de cargos de PCDs: considerado **IMPROCEDENTE**.

Sendo assim, dada a improcedência dos aspectos analisados, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A, CNPJ nº





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

05.510.654/0004-21, sendo mantida a decisão de aceite e habilitação da proposta da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23, para o item 01 Edital 90052/2024.

Brasília/DF, 2024.

**Assinado Eletronicamente**  
**Marcos Vinicius Beton Amorim**  
Pregoeiro – Decisão 1917/2024